



ICBC DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S/A

C.N.P.J./M.F. nº 17.453.575/0001-62

Relatório da Administração

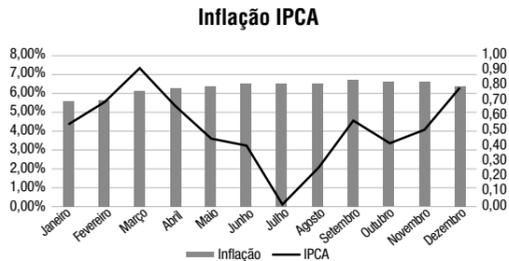
São Paulo, 20 de Março de 2015

O Banco: A administração do ICBC do Brasil Banco Múltiplo S/A submete à vossa apreciação as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre/exercício findo em 31 de dezembro de 2014, de forma comparativa a 31 de dezembro de 2013, contemplando o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, sem ressalvas, auditadas pelos Auditores Independentes. O ICBC do Brasil Banco Múltiplo apresenta suas Demonstrações Financeiras de forma individual e não tem subsidiárias no Brasil. Em relação à regulamentação em vigor Resolução 4.280/13, Circular 3701/14 e Carta Circircular 3651 que versa sobre a elaboração e remessa das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial, também está dispensado em função de não haver participação em empresas no País ou no Exterior, Controle Operacional efetivo, Fundos de Investimento que integrem o conglomerado prudencial e participações societárias em Instituições Financeiras com controle compartilhado. O Banco ICBC do Brasil Banco Múltiplo S/A, autorizado a operar com as carteiras comercial e de investimento e a realizar operações no mercado de câmbio, teve seu início operacional a partir de setembro de 2013 contemplando principalmente clientes "Corporate" que atuam no mercado internacional e empresas internacionais que tenham subsidiárias no Brasil com necessidades específicas para atuação no mercado de "Trade Finance".

A Economia: O cenário econômico apresentado em 2014, com a expectativa das eleições, a realização da Copa do Mundo de futebol aqui no Brasil e principalmente a composição dos ministérios da área econômica, mantiveram os bancos em posições mais conservadoras, não estimulando estratégias mais agressivas até o final do ano. Isso culminou também na política de aumentos consecutivos da taxa básica de juros SELIC do Banco Central do Brasil, que passou de 10,5% ao ano para 11,75% ao ano, um acréscimo de 1,25 pontos percentuais ou uma variação de 11,90%, com o objetivo de conter a inflação em 6,41%, que se aproximou do pico da meta estabelecida em 4,5% com teto em 6,5%, sem contar o PIB em 2014 de 2,4%, que manteve-se estável em relação a 2013 2,2%.

Mês	Ja-neiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Set-tembro	Ou-tubro	No-vembro	De-zembro
IPCA mês	0,55	0,69	0,92	0,67	0,46	0,4	0,01	0,25	0,57	0,42	0,51	0,78
Inflação acumulada	5,59%	5,68%	6,15%	6,28%	6,38%	6,52%	6,50%	6,51%	6,75%	6,59%	6,56%	6,41%

A inflação acumulada nos últimos 12 meses e o IPCA representam a inflação do mês, também medida em percentual, vejamos:

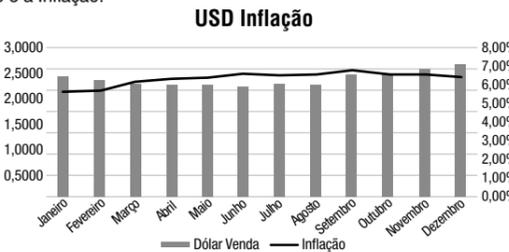


Outros fatores econômicos que contribuíram para o cenário conservador de 2014 foi a variação do Dólar Norte-Americano, influenciado também pela expectativa da inflação, possibilidade de retirada de estímulos à economia pelo Governo dos Estados Unidos e também por fatores internacionais, como a desaceleração do crescimento econômico de importantes países da Europa e da Ásia, como na China, que optou por adotar políticas econômicas que visam buscar maior sustentabilidade do crescimento com menos investimentos e maior consumo.

Variação do Dólar Norte-Americano:

Mês:	Ja-neiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Set-tembro	Ou-tubro	No-vembro	De-zembro
Dólar Venda (R\$)	2,4263	2,3334	2,2630	2,2360	2,2390	2,2025	2,2674	2,2396	2,4510	2,4442	2,5601	2,6562
Inflação acumulada	5,59%	5,68%	6,15%	6,28%	6,38%	6,52%	6,50%	6,51%	6,75%	6,59%	6,56%	6,41%

Dólar Norte-Americano e a Inflação:

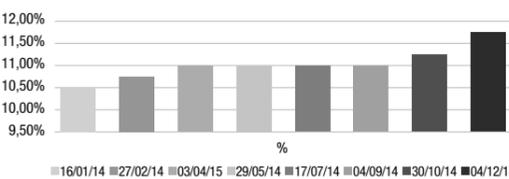


Abaixo, observamos o comportamento da taxa básica de juros SELIC durante o exercício de 2014, partindo de 10,50% para 11,75%, que representa o esforço do Banco Central em controlar o nível de inflação. Este índice é o principal instrumento de controle da inflação, o qual visa estimular a poupança em detrimento ao consumo, ou ao estimular o consumo, diminuindo a taxa básica com o objetivo de estimular a circulação de Reais para consumo no mercado.

Taxa SELIC:

Divulgado	16/01/14	27/02/14	03/04/15	29/05/14	17/07/14	04/09/14	30/10/14	04/12/14
%	10,50%	10,75%	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%	11,25%	11,75%

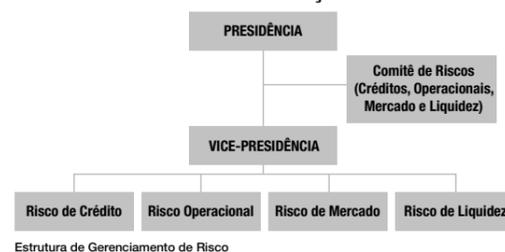
Selic



Planejado x Realizado: A administração faz o acompanhamento das operações realizadas pelo Banco em comparação com as estratégias apontadas em seu plano de negócios e também através da análise das carteiras e dos resultados com base no planejado e projetado em comparação ao realizado. Sendo assim, produzimos abaixo um resumo dos dois primeiros anos: **2013:** A Matriz projetou um resultado negativo de (R\$ 9,9 milhões), alinhado aos propósitos e objetivos traçados no plano de negócios, plano de capital e estratégia de negócios e os custos de implantação e operacionalização da sede no Brasil. Dessa forma, no início de 2013, o banco teve início às suas atividades com a abertura de sua sede em São Paulo e com o processo de contratação de colaboradores, montagem das instalações e também com o início da criação de políticas e procedimentos, apresentando um resultado negativo final acumulado no valor de (R\$ 5.279), basicamente decorrente das despesas de reforma e operacionalização da sede, como despesas de mão de obra, serviços e materiais de construção, valor este absorvido pelos recursos disponíveis para administração de caixa. Ainda em 2013, o Banco com a implementação do Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB, ao final de setembro, deu início ao ciclo de operações com captação de clientes, operações de "Trade Finance" e empréstimos que acabaram se consolidando no final do ano, já com uma carteira de clientes selecionados e com perfil de estratégia definida pelo plano de negócios e a implantação de contas-correntes disponíveis para esses clientes. **2014:** O resultado final de 2014 atingiu o valor positivo de R\$ 1,1 milhão, após impostos e provisões estatutárias o que demonstra já em seu segundo ano, operacionalmente com início em setembro de 2013, um ciclo de resultado positivo em comparação ao plano de negócios e resultado projetado no valor negativo (R\$ 1.630). Em 2014 o Banco continuou com sua estratégia de captação de clientes selecionados e buscou diversificação em seus produtos, aumentando o volume de operações de "Trade Finance", captação de recursos através de emissão de CDB, contas-correntes e linhas externas para repasse aos seus clientes, como operações de ACC, Finimp e CCE, que acabaram gerando um volume total de Depósitos no valor de R\$ 260 milhões e de recursos externos no valor de R\$ 332 milhões ao final de 2014. Em sua ponta ativa o Banco também diversificou seus investimentos através de aplicações em operações compromissadas chegando ao volume de R\$ 187 milhões, aplicação em Títulos Públicos no valor total de R\$ 222 milhões, aplicação em Debêntures no valor total de R\$ 50 milhões e Certificado de Depósitos Interfinanceiros no valor total de R\$ 44 milhões. Já, sua carteira de empréstimos atingiu um volume total de R\$ 264 milhões e de Provisão para Devedores Duvidosos com base na Resolução 2.682, ficou com um volume de R\$ 1,3 milhões. As receitas de Títulos e Valores Mobiliários, incluindo operações compromissadas tiveram forte contribuição para o resultado positivo do exercício, atingindo um volume de R\$ 36 milhões, sendo que as operações de empréstimos e repasses contribuíram com um volume de R\$ 40 milhões e as operações de "Trade Finance" com um volume de receita de R\$ 155 milhões, influenciado principalmente pela constante variação do Dólar Americano que atingiu uma cotação de R\$ 2,65 (R\$ 2,34 em 2013), ou seja, uma variação de 13,24%. Em relação às despesas e os custos de financiamento das operações, ambos ficaram compatíveis com o volume repassado, bem como dentro das taxas e condições do mercado, sendo que o custo de captação em moeda estrangeira atingiu R\$ 190 milhões e demais fontes de "funding", atingiram R\$ 14 milhões. A Provisão para Devedores Duvidosos atingiu R\$ 1,3 milhões com base na Resolução 2.682/BCB, influenciado por novas operações com clientes. As demais despesas administrativas incluindo despesas com pessoal, atingiram R\$ 19,6 milhões, a qual a administração entende estar compatível com o volume e qualidade do nosso quadro administrativo e com as despesas necessárias para manutenção do escritório. Outro destaque, refere-se ao Imposto de Renda e Contribuição Social, que atingiram o volume de R\$ 1,9 milhões. Referidos impostos, de acordo com a regulamentação vigente, foram apurados pelo Lucro Real, método de antecipação por suspensão e redução em todos os meses. Dessa forma, o Banco já antecipou R\$ 1,6 milhões. A administração acompanha as atividades operacionais e a performance de suas áreas de negócios com objetivo de manter o crescimento e o resultado do Banco em comparação ao plano de negócios definido pela Matriz. Mesmo com a expectativa pelo mercado em geral, de baixo crescimento da economia para 2015, o ICBC do Brasil Banco Múltiplo S/A, visa aumentar o crescimento nas operações de "Trade Finance", "Empréstimos" e, por consequência, aumentar a carteira de clientes ativos, além de buscar diversificação de sua linha de investimentos com objetivo de focar nas melhores oportunidades para 2015 e nos próximos anos.

Gerenciamento de risco: O Banco mantém a estrutura de gerenciamento de risco compatível com a natureza das suas operações e complexidade de seus produtos e serviços, sendo suas exposições a nível de risco de crédito, mercado, liquidez e operacional diariamente monitoradas e tempestivamente reportadas para a administração do Banco. A estrutura de gerenciamento de riscos conta com a participação direta do ICBC do Brasil Banco Múltiplo S/A por meio do comitê de gerenciamento de riscos, e sempre quando necessário são adotadas as medidas e decisões cabíveis que contribuem com a adequada mitigação dos riscos aos níveis compatíveis com a estrutura e negócio do banco. A área responsável pelo monitoramento de riscos de crédito, mercado, operacional e liquidez é o Departamento de Gerenciamento de Riscos (DGR), uma unidade independente da área de negócios e auditoria interna, a qual tem a responsabilidade de prestar as informações ao regulador e à diretoria do banco através do acompanhamento diário de situações que possam ocorrer e que levem ao banco à exposição de risco. Ainda, dentro do monitoramento do risco de crédito a área tem a responsabilidade de proceder com a análise de crédito dos clientes novos e possíveis clientes, bem como o acompanhamento de situações que os clientes possam estar expostos no mercado em geral. Após a análise do risco de crédito do cliente, a documentação é direcionada para o comitê de crédito para que possa fazer a apreciação das recomendações propostas pela análise e decidir sobre a aprovação e o limite de crédito de cada cliente, ratificando ou alterando o rating que foi primeiramente concedido. Paralelamente as informações e a análise de crédito são submetidas ao Head Office, através de sistema integrado corporativo, para aprovação final do crédito e da classificação de crédito do cliente (rating).

Estrutura de Administração de Risco



Estrutura de Gerenciamento de Risco

Em relação à regulamentação definida pela Resolução 4.389/dezembro 14, em complemento à Resolução 4.277/ outubro 13, que dispõe sobre os requisitos mínimos a serem observados no processo de apraçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e a adoção de ajustes prudenciais, o Banco vem tomando as devidas providências na adaptação de suas políticas e procedimentos com objetivo de estar em compliance com a regulamentação, porém não identificamos que isso possa realçar qualquer efeito para o Banco em função de nossa estrutura de ativos atuais e das perspectivas que temos em nosso plano de negócio. Isso poderá ocorrer em um futuro próximo com a ampliação de nosso leque de produtos que poderão ser oferecidos aos nossos clientes e parceiros do mercado.

A Administração

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo	Nota	2014	2013
Circulante		762.691	322.920	Circulante		557.116	126.122
Disponibilidades	(4)	3.452	955	Depósitos à vista	(14)	14.210	249
Disponibilidades em reais		1.461	90	De pessoa jurídica		14.210	249
Disponibilidades em moeda estrangeira		1.991	865	Depósitos a prazo	(14)	246.382	86.368
Aplicações interfinanceira de liquidez		186.908	86.262	Certificado de depósito bancário		246.382	86.368
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(5)	142.841	86.262	Recursos em trânsito		114	641
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(5)	44.067	-	Recursos em trânsito de terceiros		114	641
Títulos valores mobiliários		271.640	198.982	Obrigações por empréstimos e repasses	(15)	291.447	35.179
Letras financeiras do tesouro	(6)	222.007	198.982	Obrigações moeda estrangeira		28.492	-
Debêntures	(6)	49.633	-	Importação até 360 dias		262.955	35.179
Relações interfinanceiras	(8)	1.488	-	Outras obrigações em moeda estrangeira		4.963	3.685
Reservas compulsória junto ao Banco Central do Brasil		1.488	-	Outras obrigações		-	944
Operações de crédito		34.045	-	Carteira de câmbio	(11)	-	944
Financiamento em moeda estrangeira	(9)	34.271	-	Fiscais e previdenciárias	(16 a)	2.461	491
(-) Provisão para devedores de liquidação duvidosa	(10)	(226)	-	Provisão para pagamentos a efetuar	(16 b)	1.194	212
Outros créditos		265.145	36.708	Provisões sociais e estatutárias	(16 c)	700	1.400
Adiantamento a fornecedores	(12)	-	40	Credores diversos país	(16 d)	279	638
IRPJ/CSLL a compensar	(12)	1.702	468	Cobrança e arrecadação de tributos	(16 a)	113	-
Outros impostos a compensar	(12)	-	23	Outras provisões	(23)	216	-
Câmbio comprado a liquidar - letras a entregar	(11)	264.422	36.177	Exigível a longo prazo		40.566	-
(-) Provisão para devedores de liquidação duvidosa	(10)	(979)	-	Obrigações por empréstimos e repasses	(15)	40.566	-
Outros valores e bens		13	13	Outras obrigações em moeda estrangeira		40.566	-
Despesas antecipadas		13	13	Patrimônio líquido		200.442	199.291
Realizável a longo prazo		33.150	-	Capital		-	-
Operações de crédito		33.150	-	De domiciliados no exterior	(17 a)	202.100	202.100
Financiamento a exportação	(9)	33.261	-	Reserva de lucro	(17 c)	55	-
(-) Provisão para devedores de liquidação duvidosa	(10)	(111)	-	Ajuste de avaliação patrimonial	(17 d)	131	88
Permanente	(13)	2.283	2.493	Prejuízos acumulados	(17 e)	(1.844)	(2.897)
Imobilizado		2.267	2.492				
Instalações, móveis e equipamentos de uso		914	898				
Outras imobilizações de uso		2.228	1.945				
(-) Depreciações acumuladas		(875)	(351)				
Ativo intangível		16	1				
Ativo intangível		17	1				
(-) Amortização acumulada		(1)	-				
Total do ativo		798.124	325.413	Total do passivo		798.124	325.413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua *

* continuação

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro 2014 (Em milhares de Reais)

	2º Semestre dezembro/14	Exercício dezembro/14	Exercício dezembro/13
Receita da intermediação da financeira	197.902	231.836	16.992
Rendas de aplicações interfinanceiras	10.113	14.943	515
Resultado de títulos e valores mobiliários	11.776	21.307	15.337
Resultado de operações de empréstimos	38.534	40.043	-
Resultado de operações de câmbio	137.479	155.543	1.140
Despesas da intermediação da financeira	(182.850)	(206.258)	(672)
Despesas de captação	(9.969)	(14.123)	(296)
Operações de empréstimos e repasse exterior	(172.183)	(190.603)	(376)
Despesas com provisão para devedores duvidosos	(482)	(1.316)	-
Outras provisões operacionais	(23)	(216)	(216)
Resultado da intermediação financeira	15.052	25.578	16.320
Outras receitas/despesas operacionais	(11.736)	(21.077)	(19.822)
Outras despesas administrativas (18 a)	(5.186)	(9.082)	(14.069)
Despesas de pessoal (18 b)	(5.871)	(10.596)	(5.115)
Despesas tributárias (20 a)	(877)	(1.484)	(939)
Outras receitas operacionais	7	39	68
Outras despesas operacionais	(271)	(526)	(372)
Receitas de prestação de serviços (19)	462	572	605
Resultado operacional	3.316	4.501	(3.502)
Resultado não operacional	(44)	(150)	62
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	3.272	4.351	(3.440)
Provisão imposto de renda (20 b)	(950)	(1.383)	(253)
Provisão para contribuição social (20 b)	(516)	(745)	(186)
Imposto de renda e contribuição social	(1.466)	(2.128)	(439)
Lucro/Prejuízo do semestre/exercício antes de participações	1.806	2.223	(3.879)
Participação nos lucros e resultados	(1.115)	(1.115)	(1.400)
Lucro/Prejuízo do semestre/exercício	691	1.108	(5.279)
Número de ações integralizadas	202.100.000	202.100.000	202.100.000
Lucro/Prejuízo por ação	0,003	0,005	(0,026)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro 2014 (Em milhares de Reais)

	2º Semestre dezembro/14	Exercício dezembro/14	Exercício dezembro/13
Atividades operacionais:			
Lucro/Prejuízo ajustado	1.637	3.208	(4.898)
Lucro/Prejuízo do semestre/exercício	691	1.108	(5.279)
Ajustes ao lucro/prejuízo	946	2.100	381
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	-	92
Depreciação/Amortização	274	526	351
Atualização monetária de impostos diferidos	(25)	(25)	-
Provisão para devedores duvidosos	481	1.316	-
Provisão para outras obrigações	216	216	-
Constituição/reversão de provisões operacionais	-	67	(62)
Varição de ativos e obrigações	(100.117)	56.183	94.958
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(44.067)	(44.067)	-
Redução (Aumento) em títulos e valores mobiliários	(61.342)	(72.658)	6.812
Aumento em adiantamento de contrato de câmbio	(67.397)	(228.245)	(35.228)
Aumento em operações de câmbio	-	-	(5)
Aumento em relações interdependência e interfinanceiras	(1.455)	(1.488)	-
Aumento em outros créditos e outros valores e bens	(1.201)	(1.171)	(483)
Aumento (redução) em operações de crédito	(20.087)	(67.532)	35.179
Aumento em operações de depósito	6.808	173.975	86.617
Aumento (redução) de recursos em trânsito de terceiros	103	(527)	641
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	87.565	296.834	-
Aumento em outras obrigações	956	1.062	1.425
Caixa líquido (utilizado)/proveniente das atividades operacionais	(98.480)	59.391	90.060
Atividades de investimentos:			
Aquisição de imobilizado de uso	(47)	(315)	(2.844)
Caixa líquido utilizado das atividades de investimentos	(47)	(315)	(2.844)
Aumento/(Redução) líquido em caixa e equivalente de caixa	(98.527)	59.076	87.216
Disponibilidades			
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre/exercício	244.820	87.217	1
Caixa e equivalente de caixa no final do semestre/exercício	146.293	146.293	87.217
Aumento líquido em caixa e equivalente de caixa	(98.527)	59.076	87.216

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro 2014 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucro/Prejuízo acumulado (prejuízo)	Total
Saldos em 30 de junho de 2014	202.100	-	36	(2.480)	199.656
Lucro do semestre	-	-	-	691	691
Reserva legal	-	55	-	(55)	-
Ajuste a mercado de títulos públicos	-	-	95	-	95
Saldos em 31 de dezembro de 2014	202.100	55	131	(1.844)	200.442
Mutações do semestre	-	55	95	636	786
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (não auditado)	202.100	-	-	2.382	204.482
Prejuízo do exercício	-	-	-	(5.279)	(5.279)
Ajuste a mercado de títulos públicos	-	-	88	-	88
Saldos em 31 de dezembro de 2013	202.100	-	88	(2.897)	199.291
Mutações do exercício	-	-	88	(5.279)	(5.191)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	202.100	-	88	(2.897)	199.291
Lucro do exercício	-	-	-	1.108	1.108
Reserva legal	-	55	-	(55)	-
Ajuste a mercado de títulos públicos	-	-	43	-	43
Saldos em 31 de dezembro de 2014	202.100	55	131	(1.844)	200.442
Mutações do exercício	-	55	43	1.053	1.151

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: O ICBC do Brasil Banco Múltiplo S/A ("Banco") é subsidiária do ICBC - Industrial and Commercial Bank of China Ltd. cuja constituição obteve manifestação favorável da Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil (BACEN) em 19 de dezembro de 2012. O Banco obteve autorização para funcionamento como banco múltiplo e tem como objetivo a prática de operações com as carteiras comercial e de investimento e autorização para realizar operações no mercado de câmbio, de acordo com as disposições legais e normas do BACEN, tendo iniciado suas operações a partir de setembro de 2013.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Os CPCs aprovados pelo CMN - Conselho Monetário Nacional/Banco Central do Brasil a serem seguidos pelas Instituições Financeiras são: • CPC 01 - R1 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566 - 29/05/2008; • CPC 03 - R2 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - Resolução CMN nº 3.604 - 29/08/2008; • CPC 05 - R1 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750 - 30/06/2009; • CPC 10 - R1 - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989 - 30/06/2011; • CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Resolução CMN nº 4.007 - 25/08/2011; • CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973 - 26/05/2011; • CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823 - 16/12/2009. Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente com o intuito de verificar sua aderência. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 20 de março de 2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis: **Apuração de resultados:** As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência e são contabilizadas pelo critério "pro rata dia", calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas às operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais mil, moeda funcional e de apresentação do Banco. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço divulgada pelo BACEN, sendo as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do exercício. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez, quando aplicável e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado. **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, a saber: • **Títulos para negociação** - Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício; • **Títulos disponíveis para venda** - Títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e • **Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. **Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:** a. As operações de crédito são classificadas por metodologia interna, conforme política de crédito e adaptada em nove níveis de riscos, conforme definido na Resolução CMN 2682/99 e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, é efetuada com base na classificação dos clientes nos níveis de riscos definidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, conforme definido na referida Resolução. Essa classificação leva em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, do histórico dos clientes, dos atrasos e das garantias recebidas, quando aplicável. b. Conforme definido no COSIF, as operações de crédito são apresentadas líquidas de rendas a apropriar, que são apropriadas de forma "pro rata dia" ao resultado. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. c. A provisão para operações de crédito de liquidação

duvidosa é baseada em análise das operações e da capacidade dos clientes e realizada pela administração, para suportar quanto ao valor de realização de tais créditos, levando-se em consideração a conjuntura econômica, a experiência e os riscos específicos e globais de cada operação e de cada cliente, as garantias existentes para cada operação, bem como as normas e instruções do BACEN, constantes na Resolução CMN 2.682/99.

d. Para operações de Fianças e Garantias, o Banco adota provisão para possíveis perdas, utilizando como base as normas e instruções do BACEN, constantes na Resolução CMN 2.682/99, e sua classificação é registrada no passivo na rubrica "Outras Provisões" e o valor constituído durante o exercício de 2014 foi de R\$ 216. **Imobilizado de uso e ativos intangíveis:** Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear às seguintes taxas anuais: 10% para equipamentos de uso, sistemas de comunicação e sistema de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e sistema de transporte. A amortização dos ativos intangíveis é calculada também pelo método linear à taxa de 20%. **Passivos circulante e não circulante:** Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata dia"). **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil ao ano para imposto de renda e de 15% para a contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa e de diferenças temporárias serão constituídos, se aplicável, em conformidade com a Resolução nº 3.059/02 e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355/06, levando-se em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. **Redução do valor recuperável de ativos (impairment):** O CPC 01, conforme recepcionado pela Resolução CMN nº 3.566/08, dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (impairment). De acordo com a Resolução, os ativos são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado. Não identificamos ativos passíveis de reconhecimento de ajuste de "impairment" para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013. **Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e outras provisões:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes e contingências passivas são efetuados de acordo com os seguintes critérios: (i) **Ativos contingentes** - São reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo; (ii) **Passivos contingentes** - São reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação. O Banco adotou provisão para perdas em operações de Fianças e Garantias, conforme definido na nota "d" de Operações de Crédito e Provisão para Devedores Duvidosos; e (iii) **Obrigações Legais** - São reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente de avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial, quando aplicável. (iv) **Benefício a empregados** - O Banco oferece e tem como política prover alguns benefícios aos colaboradores, sendo todos eletivos a Seguro de Vida, Assistência Médica e Odontológica, Vale Alimentação e Vale Refeição. Para os colaboradores expatriados durante sua permanência no Brasil, também é oferecido auxílio à educação dos filhos em idade escolar, sendo cessado no momento do seu retorno ao país de origem. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** O Banco, concentra seus recursos em sua conta de reservas junto ao Banco Central do Brasil no valor de R\$ 1.461, (R\$ 90 em dezembro de 2013) e disponibilidades em moeda estrangeira junto a banqueiros no exterior no valor total de R\$ 1.991 (R\$ 865 em dezembro de 2013). As aplicações interfinanceiras de liquidez estão concentradas em Operações Compromissadas-posição bancada com vencimento em curto prazo, conforme demonstrativo abaixo:

	Dezembro/14	Dezembro/13
Disponibilidades em Reais	1.461	90
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	1.991	865
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	142.841	86.262
Total	146.293	87.217

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Operações compromissadas - Compra com Revenda

Lastro					
Data da compra	Data de retorno	Título	Quantidade	Emissão	Vencimento
30/12/2014	02/01/2015	LTN	151.790	05/04/2013	01/07/2015
				Total	
				142.799	142.924
				142.799	142.924

Lastro					
Data da compra	Data de retorno	Título	Quantidade	Emissão	Vencimento
26/12/2013	02/01/2014	LTN	116.451	05/10/2012	01/07/2016
				Total	
				86.170	86.299
				86.170	86.299

Operações em Certificado de Depósitos Interfinanceiros

Emissor	Emissão	Vencimento	Valor aplicado	Em 31/12/2014
BTG Pactual 23/12/2014	22/06/2015		26.000	26.059
BTG Pactual 30/12/2014	30/06/2015		18.000	18.008
Total			44.000	44.067

O Banco não possuía operações em Certificado de Depósitos Interfinanceiros em dezembro/13. **6. Títulos e valores mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários apresentada no balanço patrimonial está classificada de acordo com os critérios estabelecidos na Circular Bacen nº 3.068/01. Os títulos públicos federais estão custodiados junto à SELIC. O valor de mercado dos títulos públicos representa o valor dos títulos avaliados por preço médio de mercado, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). **Títulos disponíveis para venda:** O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como "disponíveis para venda" estavam assim apresentados:

Títulos e Valores Mobiliários por tipo					
dezembro/14					
Títulos disponíveis para venda	Quantidade	Faixa de vencimento	Valor contábil	Valor de mercado	Ajuste a valor de mercado
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.330	até 90 dias	34.810	34.844	34
	5.000	até 90 dias	32.654	32.686	32
	8.320	até 90 dias	54.337	54.391	54
	5.000	até 90 dias	32.654	32.686	32
	10.000	até 90 dias	65.309	65.373	64
	310	até 90 dias	2.025	2.027	2
Total de Títulos Públicos			221.789	222.007	218
Debêntures	49	Acima de 90 dias	49.633	49.633	-
Total de Títulos Privados			49.633	49.633	-
Total de títulos e Valores Mobiliários			271.422	271.640	218

continua *

* continuação

dezembro/13		Ajuste a valor de mercado	
Títulos disponíveis para Venda	Quantidade vencimento	Valor contábil	Valor de mercado
Letras do Tesouro Nacional - LTN	33.754 até 90 dias	198.837	198.982
Total		198.837	198.982
Os ganhos não realizados, no montante de dezembro/14 de R\$ 218 (R\$ 145 em dezembro/13) estão registrados como ajuste ao valor de mercado, em contrapartida em conta específica no Patrimônio Líquido, líquido de impostos, no valor dezembro/14 R\$ 131 (R\$ 88 em dezembro/13). As Debêntures são de emissão privada de cliente, adquirido de parceiros financeiros, o qual não há livre negociação no mercado aberto, com vencimento em até 1 ano e indexadas ao CDI + 1,65%. Dessa forma o registro do valor de mercado é representado pelo valor de curva em 31 de dezembro de 2014. Esse título é custodiado na CETIP. 7. Instrumentos financeiros derivativos: O Banco não operou com Instrumentos Financeiros Derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. 8. Relações Interfinanceiras: Refere-se a Reservas Compulsórias sobre Exigibilidade de operações destinadas ao crédito rural e Micro Finanças, no valor total de R\$ 1.488. O Banco não apresentava exigibilidade para Depósito à Vista e Depósito a Prazo. 9. Operações de crédito: O Banco vem mantendo operações de crédito na linha "Corporate", assessorando financeiramente seus clientes com financiamento em operações de Importação e Exportação. A carteira de crédito em 31 de dezembro de 2014 está assim distribuída:			
Operações de Crédito - Por Faixa de Vencimento			
Dezembro/14			
	Vencimento	Principal	Saldo devedor
Cédula de Crédito à Exportação - CCE	Acima de 360 dias	33.202	33.261
Financiamento à Importação - FINIMP	Até 360 dias	33.866	34.271
Total		67.068	67.532
Nota: A operação denominada CCE foi originada por divisão de direitos de crédito em sua origem a qual envolveu outra Instituição Financeira e cliente em comum, não havendo qualquer tipo de direitos e obrigações com essa Instituição Financeira.			
Operações com característica de Crédito - Por Faixa de Vencimento			
Dezembro/14			
	Vencimento	Principal	Saldo devedor
Adiantamento de Contrato de Câmbio - ACC	Até 360 dias	260.249	264.422
Total		260.249	264.422
Operações com característica de Crédito - Por Faixa de Vencimento			
Dezembro/13			
	Vencimento	Principal	Saldo devedor
Adiantamento de Contrato de Câmbio - ACC	Até 360 dias	35.130	36.177
Total		35.130	36.177
Composição da Carteira por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco			
	Curso normal dezembro 14	Dezembro 13	
	AA	A	B
Parcelas Vincendas	88.985	193.887	49.082
01 a 60	49.146	81.556	49.082
61 a 90	24.573	26.531	-
91 a 180	15.266	30.403	-
181 a 360	-	35.411	36.177
Acima de 360	-	19.986	-
Total Geral em 31/12/2014	88.985	193.887	49.082
Composição por Setor de Atividade	Dezembro/14	Dezembro/13	
	Vencimento	Principal	Saldo devedor
Setor Privado			
Pessoa Jurídica		331.954	36.177
Total		331.954	36.177
Composição de Clientes - Maiores Clientes			
	Valor	%	Valor
Três maiores clientes	148.641	44,78%	36.177
Três seguintes maiores clientes	122.245	36,83%	-
Demais clientes	61.068	18,40%	-
Total	331.954	100,00%	36.177
Movimentação da Provisão para Devedores Duvidosos Exercício:			
	Saldo em 31/12/2013	Baixas	Adições
Movimentação	-	-	1.316
Movimentação da Provisão para Devedores Duvidosos segundo semestre:			
	Saldo em 30/06/2014	Baixas	Adições
Movimentação	834	-	482
10. Provisão para créditos de liquidação duvidosa: Composição da provisão para devedores duvidosos			
	Curso normal dezembro/2014	Dezembro/13	
	AA	A	B
Produto	75.768	113.163	41.281
ACC - Adiantamento Contrato de Câmbio	75.768	113.163	41.281
Financiamento à Importação - FINIMP	-	34.271	-
Cédula de Crédito à Exportação - CCE	-	33.261	-
Total	75.768	180.695	41.281
Provisão para devedores duvidosos			
	0,00%	0,50%	1,00%
Total de Provisão	-	903	413
Nota: Na constituição da provisão para devedores duvidosos, não está considerada a variação cambial nas operações de Adiantamento de Contrato de Câmbio - ACC, em função do adiantamento ser feito em Reais, conforme regulamentação. 11. Outros créditos - Operações de câmbio: O Banco tem como um de seus principais produtos, operações de câmbio, provendo financiamentos em moeda estrangeira e na intermediação de remessas de moeda estrangeira para seus clientes. Em 31 de dezembro de 2014 a posição de câmbio apresentava-se da seguinte forma: Operações de Câmbio:			
Carteira de Câmbio		Dezembro/14	Dezembro/13
Ativo - Outros Créditos			
Câmbio Comprado a Liquidar		260.249	35.608
Direitos sobre Venda de Câmbio		-	471
Rendas a Receber de adiantamentos concedidos		4.173	98
Total (i)		264.422	36.177
Passivo - Outras Obrigações			
Câmbio Vendido a Liquidar		-	469
Obrigações por Compra de Câmbio		226.039	35.440
Adiantamento sobre Contratos de Câmbio		(226.039)	(34.965)
Total		-	944
(i) Refere-se à operação de financiamento à exportação no módulo de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) com prazo total de 1 ano. Em sua política de crédito, o Banco condiciona as operações de crédito à garantias fornecidas, contemplando valor do principal, juros e encargos pelo prazo total do empréstimo, quando aplicável.			
12. Outros créditos - Diversos:			
	Dezembro/14	Dezembro/13	
Adiantamento a fornecedores	-	-	40
IRPJ/CSLL a compensar (a)	1.578	-	468
Outros Impostos a compensar (b)	124	-	23
(a) Refere-se aos valores relativos à antecipação de pagamento de Impostos de Renda e de Contribuição Social durante o exercício de 2014, sendo IRPJ R\$ 1.050 e CSLL R\$ 528, em função da adoção do processo de suspensão e redução de Impostos. Em relação ao exercício de 2013, está representado pelo saldo de IRPJ de R\$ 311 e CSLL no valor de R\$ 157, referente à adoção pelo Banco do critério de apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social por estimativa mensal. (b) Para 2014 o saldo de Outros Impostos a compensar referem-se a Imposto de Renda R\$ 103 e Contribuição Social R\$ 21, retido na fonte sobre prestação de serviços e, já em 2013, referem-se à retenção fonte de Pis/Cofins/IR e CS, sobre receitas de prestação de serviços no valor total de R\$ 23.			

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

13. Ativo permanente:			
Em dezembro/2014			
Saldo em dezembro 2013	Aquisições do exercício	Depreciação acumulada	Saldo em dezembro/14
Imobilizado			
Móveis e Equipamentos de uso	811	16	725
Sistema de Processamento de dados	660	282	759
Sistema de Segurança	653	3	498
Sistema de Transporte	368	-	285
Total	2.492	301	2.267
Em dezembro/2014			
Saldo em dezembro 2013	Aquisições do exercício	Amortização acumulada	Saldo em dezembro/14
Intangível			
Ativo Intangível	1	16	16
Total	1	16	16
Em dezembro/2013			
Saldo em dezembro 2012	Aquisições do exercício	Depreciação acumulada	Saldo em dezembro/13
Imobilizado			
Móveis e Equipamentos de uso	-	899	811
Sistema de Processamento de dados	-	747	660
Sistema de Segurança	-	783	653
Sistema de Transporte	-	414	368
Total	-	2.843	2.492
Em dezembro/2013			
Saldo em dezembro 2012	Aquisições do exercício	Amortização acumulada	Saldo em dezembro/13
Intangível			
Ativo Intangível	-	1	1
Total	-	1	1
14. Captações: Faixa de Vencimento:			
	Dezembro/14	Dezembro/13	
	Até 360 dias	Total	Até 360 dias
Depósitos à Vista	14.210	14.210	249
Depósitos a Prazo	246.382	246.382	86.366
Total	260.592	260.592	86.615
15. Obrigações por empréstimos no exterior: Refere-se à operação de empréstimo em moeda estrangeira com Banqueiros no exterior, com objetivo de repasse ao financiamento à exportação e importação, com vencimento mínimo de 1 ano, conforme características abaixo: Obrigações por empréstimos no Exterior:			
Passivo		Dezembro/14	Dezembro/13
Obrigações por empréstimos no exterior		328.497	35.130
Juros por obrigações no exterior		3.516	49
Total		332.013	35.179
Obrigações por Empréstimos e Repasses do Exterior:			
	Dezembro/14	Dezembro/13	
	Principal	Saldo devedor	
Banqueiros	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Até 360 dias
Faixa de vencimento	360 dias	360 dias	360 dias
ICBC New York Branch	122.158	-	124.075
ICBC China - HeadOffice	92.946	39.834	93.428
Banco do Brasil New York	4.515	-	4.542
Banco Safra Luxemburgo Branch	21.245	-	21.511
Banco Votorantim Nassau Branch	47.801	-	47.890
Total	288.664	39.834	291.447
16. Outras obrigações: a. Fiscais e previdenciárias e arrecadação de Tributos:			
	Dezembro/14	Dezembro/13	
Tributos			
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (i)	1.186	-	-
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (i)	612	-	-
PIS (i)	20	20	20
COFINS (i)	122	122	122
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros (ii)	6	16	16
Impostos e Contribuições sobre Salários (ii)	420	245	245
IRRF sobre Resgate de Aplicação de Renda Fixa (ii)	7	-	-
IOF a recolher sobre operações de Câmbio (ii)	6	-	-
IOF a recolher sobre operações de Renda Fixa (ii)	107	-	-
IRRF sobre remessa de juros ao exterior (ii)	1	-	-
ISS - Imposto sobre Serviços (iii)	-	30	30
Provisão para Impostos e Contribuições diferidos (iii)	87	58	58
Total	2.574	491	491
(i) Referem-se à Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social no valor total de R\$ 1.798, apurado sobre o Regime de Suspensão e Redução, Pis e Cofins sobre Receitas Operacionais no valor total de R\$ 142 (R\$ 142 em dezembro/13). (ii) Impostos e Contribuições retidos na fonte sobre serviços de terceiros no valor de R\$ 6 (R\$ 16 em dezembro/13), Impostos e Contribuições retidos na Fonte sobre salários no valor de R\$ 420 (R\$ 245 em dezembro/13), Imposto de Renda R\$ 8 e IOF R\$ 113, retido na fonte sobre operações de renda fixa e câmbio no valor total de R\$ 121; (iii) Imposto sobre Serviços sobre prestação de serviços no valor de R\$ 30 em dezembro/13 e Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre valor de ajuste a mercado das operações de Renda Fixa, no valor de R\$ 87 (R\$ 58 em dezembro/13).			
b. Provisão para pagamentos a efetuar:			
	Dezembro/14	Dezembro/13	
Provisão sobre férias	715	157	157
INSS sobre Férias	197	42	42
FGTS sobre Férias	59	13	13
Outras provisões administrativas (a)	223	-	-
Total	1.194	212	212
(a) Refere-se à contratação de prestação de serviço especializado a ser realizado no primeiro semestre de 2015. c. Provisões sociais e estatutárias: Refere-se a saldo de Provisão para pagamento de Bônus e complemento de PLR do exercício de 2014 no valor total de R\$ 700 (R\$ 1.400 em dezembro/13). d. Credores diversos país-Fornecedores a pagar: Referem-se a valores pendentes de liquidação de compensação a realizar no valor de R\$ 279 e provisão para pagamento de fornecedores no valor total de R\$ 638 em dezembro/13. 17. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social do Banco é representado por 202.100.000 ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 e seu valor patrimonial é de R\$ 202.100. b. Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Durante o exercício de 2014 os dividendos obrigatórios não estão sendo provisionados para absorção dos prejuízos acumulados. c. Reserva estatutária: Com base na Lei das S/As Lei 6.404, o Banco constituiu Reserva Legal no valor de R\$ 55. Não foi constituída Reserva Legal em dezembro/13, em função do prejuízo apurado no exercício. d. Ajuste de avaliação patrimonial: Representa os ganhos e perdas não realizados, decorrentes do ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como "disponíveis para venda", conforme indicado na nota 6. Tais ganhos e perdas são transferidos para as correspondentes contas do resultado na data em que ocorrer a sua efetiva realização financeira, em 31 de dezembro de 2014 o valor registrado é de R\$ 131 (R\$ 88 em dezembro/13), líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social, conforme determina regulamentação. e. Lucros acumulados: Conforme determina a regulamentação, todo o lucro acumulado deve ser distribuído, o Banco utilizou o Resultado do exercício de 2014 no valor de R\$ 1.108, para constituição da Reserva Legal R\$ 55, e para absorção de parte dos prejuízos acumulados de exercício anterior.			

18. Despesas diversas: a. Outras Despesas Administrativas:			
Descrição	Semestre findo em	Exercício findo em	Exercício findo em
	dezembro/14	dezembro/14	dezembro/13
Despesa de processamento de dados	632	1.255	1.202
Despesa de aluguéis	2.443	4.120	3.659
Despesa de condomínio	427	845	833
Despesa de serviços técnicos especializados	451	559	1.206
Despesa de viagem	385	724	1.068
Despesa de comunicação	142	240	94
Despesa de material	75	122	339
Despesa de transporte	73	135	166
Despesa de serviços do sistema financeiro	141	275	102
Despesa de manutenção e conservação	46	121	4.880
Despesa de Seguros	10	23	12
Despesa de Promoções e Relações Públicas	77	129	218
Despesa de Publicação	14	55	5
Despesa de água, energia e gás	2	4	3
Outras despesas administrativas	268	475	282
Total	5.186	9.082	14.069
b. Despesas de Pessoal:			
Descrição	Semestre findo em	Exercício findo em	Exercício findo em
	dezembro/14	dezembro/14	dezembro/13
Benefícios	692	1.288	1.246
Encargos Sociais	1.268	2.277	778
Proventos	3.499	6.190	2.234
Treinamento	42	64	128
Honorários da diretoria	337	725	713
Remuneração estagiários	33	52	16
Total	5.871	10.596	5.115
19. Receita de prestação de serviços: Receita de prestação de serviços do Banco está constituída basicamente de serviços prestados no exterior para seus clientes, contas administradas, rendas de tarifas e outras, conforme demonstrativo abaixo:			
Receitas de Serviços	Semestre findo em	Exercício findo em	Exercício findo em
	dezembro/14	dezembro/14	dezembro/13
Serviços Prestados no Exterior	411	411	-
Rendas Contas Administradas	30	30	-
Rendas Tarifas Bancárias	17	25	1
Rendas Emissão Ordem de Pagamento	3	3	-
Rendas Garantias	-	-	-
Prestadas	1	102	604
Outras	-	1	-
Total	462	572	605
20. Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social: O Banco apresentou base tributável para cálculo do imposto de renda e contribuição social para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. O Banco adota o critério de apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social com base em suspensão e redução de impostos, procedendo com o recolhimento mensal em base de antecipação quando da apuração pelo Lucro Real mensal. As antecipações, até 31 de dezembro de 2014 montam o saldo de IRPJ R\$ 1.050 e CSLL R\$ 528, valor total de R\$ 1.578.			
a. Despesas tributárias:			
Tributo	Semestre findo em	Exercício findo em	Exercício findo em
	dezembro/14	dezembro/14	dezembro/13
Federais			
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	2	3	1
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	15	30	10
CIDE	1	8	7
PIS/COFINS sobre Importação	1	10	4
PIS	105	180	104
COFINS	649	1.109	637
Outros	78	81	130
Estaduais			
IPVA	-	23	14
Tributos Estaduais - Outros	-	4	-
Municipais			
Imposto Sobre Serviços - ISS	23	29	30
Outros	3	7	2
Total	877	1.484	939
b. Imposto de renda e contribuição social: Demonstrativo de base de cálculo do imposto de renda e contribuição social:			
	Dezembro/14	2º Semestre de 2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ
Resultado antes da tributação do IRPJ e da CSLL	3.236	3.236	2.158
Adições temporárias	2.456	2.456	1.362
Provisão para operações de crédito	1.533	1.533	698
Provisão para pagamento de consultoria	223	223	223
Provisão para pagamento de bônus	700	700	441
Ajuste ao valor de mercado - T.V.M. e Derivativos	-	-	-
Adições permanentes	1.513	633	846
Despesas não dedutíveis	1.513	633	846
Exclusões permanentes	2.247	2.247	424
Provisão para pagamento de bônus	1.400	1.400	

* continuação

c. Créditos tributários não reconhecidos, de acordo com a natureza e origem:

Descrição	Semestre findo em		
	Dezembro/14	Dezembro/13	Dezembro/13
Provisão para pagamento de consultoria - IRPJ/CSLL	89	89	-
Provisão para participações nos lucros - IRPJ/CSLL	176	280	560
Provisão para perda em operações de crédito - IRPJ/CSLL	279	613	-
Total	544	982	560

Em 31 de dezembro de 2014, os créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$ 982 referem-se a diferenças temporárias representadas pela provisão para pagamento de bônus, bem como sobre os saldos de provisão para perdas com operações de crédito e pagamento de consultoria. Contudo, a administração tomou a decisão de não constituir ativo fiscal diferido para o exercício de 2014 em função de entender que os elementos para constituição ainda não atingem o patamar para a referida constituição. **21. Gerenciamento de riscos: Riscos e controles:** Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros decorrentes dos negócios do Banco são: o risco de crédito, o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco operacional abaixo definidos. **Estrutura organizacional de gestão de riscos:**

Estrutura de Administração de Risco



Estrutura de Gerenciamento de Risco

Gerenciamento de risco: O ICBC do Brasil Banco Múltiplo S/A conta com um departamento de gerenciamento de riscos independente da sua área negócios e de auditoria - o Departamento de Gerenciamento de Riscos - DGR, que tem por responsabilidade identificar, mensurar e monitorar continuamente os riscos de crédito, operacional, mercado e de liquidez, enfatizando o compromisso da instituição em assegurar um gerenciamento adequado e consonante com as exigências do regulador e aos conceitos emanados pelo Novo Acordo de Capitais da Basileia. O Departamento de Gerenciamento de Riscos (DGR) é o responsável pela compilação de todas as informações e ocorrências que advêm dos departamentos do banco, também é responsável pela organização e pauta das matérias a serem discutidas no "comitê de risco", assim como relatar e reportar as decisões tomadas para a Matriz e adaptar as políticas e regras impostas pela matriz à legislação local. Além disso, está incluso em suas responsabilidades o envio de reportes regulatórios para o Banco Central do Brasil. O comitê de risco é composto pelo Departamento de Gerenciamento de Riscos, Finanças, Operações, Tesouraria e Compliance, podendo ser convocadas outras áreas do banco, caso haja demandas ou itens a serem discutidas. **a. Risco de crédito:** O Risco de Crédito pode ser definido como a possibilidade da contraparte não ser capaz de honrar suas obrigações. As análises de crédito dos clientes são feitas no Banco e reportadas para a Matriz com a sugestão do rating e do valor do limite a ser disponibilizado. Por fim, a Matriz faz a última análise para que possa ser divulgado o rating e o limite de crédito para posteriormente serem efetuadas operações de empréstimos e financiamentos aos nossos clientes. A estrutura de gerenciamento do risco de crédito conta com a participação direta da alta administração por meio da tomada de decisões em comitês de risco, visando ao acompanhamento contínuo e à mitigação dos riscos de crédito. A Estrutura de Gerenciamento

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)

de Risco de Crédito possui diretoria responsável e foi estabelecida em consonância com os normativos da Resolução nº 3.721 do Conselho Monetário Nacional (CMN) de 30 de abril de 2009. **b. Risco de mercado:** O Risco de Mercado pode ser definido como perdas potenciais, decorrentes de oscilações dos preços de mercado ou nos fatores de risco que influenciam os preços, os quais podem ser decompostos em: variação cambial, taxa de juros, preço de ações, commodities, entre outros. O ICBC do Brasil adota uma política conservadora em relação às exposições sujeitas ao risco de mercado. A identificação é o controle de cada um desses fatores de risco é mensurado e monitorado por uma área independente da área de negócios e de auditoria, o Departamento de Gerenciamento de Riscos (DGR), que por meio de sistema de gerenciamento de risco de mercado controla efetivamente o risco de mercado de forma global, a fim de prevenir a redução das posições, quando necessário. A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado possui diretoria responsável e foi estabelecida em consonância com os normativos da Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007 do Conselho Monetário Nacional (CMN). **c. Risco de liquidez:** O ICBC do Brasil Banco Múltiplo S/A define o risco de liquidez como o risco que advém da possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Define-se, também, como a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O monitoramento e a supervisão são feitos por uma área independente da área de negócios e de auditoria, o Departamento de Gerenciamento de Risco (DGR) que controla efetivamente o risco de liquidez de forma global, a fim de prevenir qualquer incapacidade financeira. A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez possui diretoria responsável e foi estabelecida em consonância com os normativos da Resolução nº 4.090 de 24 de maio de 2012 do Conselho Monetário Nacional (CMN). **d. Risco operacional:** É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, tais como: fraudes internas e externas; demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; eventos que acarretem interrupção das atividades; falhas em sistemas de tecnologia da informação; falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades. A Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional possui diretoria responsável e foi estabelecido em consonância com a Resolução nº 3.380 de 29 de junho de 2006 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Quanto ao cálculo da parcela do

	Dezembro/14		Dezembro/13	
	Principal	Saldo Devedor	Principal	Saldo Devedor
Banqueiros				
Faixa de vencimento	até 360 dias	acima de 360 dias	até 360 dias	acima de 360 dias
ICBC New York Branch	122.158	-	124.075	-
ICBC China - Beijing	55.768	77.012	56.213	77.781
Total	177.926	77.012	180.288	77.781

As demais partes relacionadas decorrem basicamente com pessoal chave da administração, conforme demonstrativo abaixo: **b. Remuneração da administração:**

Remuneração da administração	Semestre findo em		
	dezembro/14	dezembro/14	dezembro/13
Benefícios de curto prazo a administradores			
Honorários	337	725	713
Outros benefícios	158	304	159
Encargos sociais	182	347	231
Total	677	1.376	1.103

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores. **23. Outras informações:** **Outras provisões:** O Banco tem como um dos produtos oferecidos aos seus clientes Operações de Garantias e Fianças e com o objetivo de adotar

Patrimônio de Referência Exigido (PRE) para risco operacional (RWAOPAD) o ICBC do Brasil adota a metodologia "Abordagem do Indicador Básico", conforme estabelecido na Circular nº 3.383 de 29 de abril de 2008 do Banco Central do Brasil. **e. Cálculo Basileia:** Desde 1º de janeiro de 1995, as instituições financeiras devem manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderados por fatores que podem variar de zero a 1250%, conforme Resolução nº 2.099/94 e Circular 3.644/13 do Banco Central do Brasil (BACEN). O índice de solvabilidade mínimo requerido é de 11%, sendo que a margem do Banco é de 67,83%, em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 com margem de 96,97%.

Em 31 de dezembro de 2014

Valores em	Patrimônio de referência	Patrimônio de referência exigido	Valor da margem
31/12/2014	200.441	64.452	135.969

Em 31 de dezembro 2013

Valores em	Patrimônio de referência	Patrimônio de referência exigido	Valor da margem
31/12/2013	199.291	6.040	193.251

f. Basileia II: De acordo com a regulamentação local, as instituições financeiras devem manter um limite máximo de alavancagem de 9,09 vezes o patrimônio de referência ou, em outras palavras, apresentar no mínimo um Índice de Basileia de 11%. O índice é dado pela relação entre a soma dos Ativos Ponderados pelo Risco e o Patrimônio de Referência.

g. Basileia III: Com o intuito de seguir as melhores práticas internacionais de mercado, as Instituições Financeiras brasileiras, atualmente, estão em fase de transição para a Basileia III. As regulamentações anteriores sofreram mudanças e/ou aprimoramentos relevantes com o intuito de prover mais segurança (maior absorção em cenários de estresse), transparência, aumento na qualidade do capital e capital adicional para suportar períodos de estresse e eventos cíclicos. O Índice de Basileia será reduzido progressivamente até 8% (a partir de Janeiro de 2019) enquanto que o capital adicional (em conjunto com a calibração dos FPR's, CVA etc.) atuarão de forma a ajustar a exposição do mercado financeiro em relação ao ambiente econômico. **22. Partes relacionadas:** O Banco possui empréstimos em moeda estrangeira com ICBC New York, esta filial direta do ICBC Matriz sem qualquer outro relacionamento de participação ou correspondente com ICBC do Brasil e empréstimos em moeda estrangeira diretamente com a Matriz. O Industrial and Commercial Bank of China Limited é controlador do ICBC do Brasil, conforme demonstrativo abaixo com características distintas e com taxas mínimas de 0,76% ao ano e máxima de 3,05% ao ano: **a. Empréstimos: Obrigações por Empréstimos e Repasses do Exterior**

procedimentos de prudência em relação às possíveis perdas, o Banco constitui com base nos critérios oriundos da Resolução 2.682, 2006 para perdas, classificado no balanço no grupo de Outras Provisões, no valor de R\$ 216. O Banco não tem conhecimento de ser parte (polo passivo) em ações judiciais, tributárias, trabalhistas e outros processos administrativos. O Banco não constituiu provisão para contingências em dezembro/13. **Avais fianças e garantias:** Esses produtos estão assim distribuídos:

Modalidade	Finalidade	Exercício findo em		Provisão em
		dezembro/14	Rating	
Garantia	Importação	43.265	A	216
Fiança	Bancária	1.621	AA	-
Total		44.886		216

O Banco não possuía posições em aberto em dezembro/13.

Presidente	Diretora	Contador
Mr. Gui cai Zhao	Ms. Shuo Wang	Antonio Carlos Amancio - CRC: 1SP 152.613/O-5

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores do **ICBC do Brasil Banco Múltiplo S/A** São Paulo - SP
Examinamos as demonstrações financeiras do ICBC do Brasil Banco Múltiplo S/A ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa

responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das

práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ICBC do Brasil Banco Múltiplo S/A em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 20 de março de 2015.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

Companhia Agrícola Santa Amélia
CNPJ nº 57.951.279/0001-06
RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, apresentamos o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2014, acompanhadas das notas explicativas. Maracá, 31/01/2015.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em Reais)		A DIRETORIA.				
	2014	2014	2013			
Ativo						
Circulante	6.311.860	5.879.520				
Caixa e equivalentes de caixa	608.103	1.501.992				
Contas a receber de clientes	307.760	1.172.740				
Estoques	819.664	664.396				
Outros valores e direitos	257.363	158.624				
Tributos a recuperar	2.085.463	2.041.277				
Despesas de exercício seguinte	2.233.507	340.491				
Não Circulante	19.398.579	20.181.930				
Realizável a longo prazo						
Depósito judicial	14.853	14.853				
Tributos a recuperar	158.702	147.452				
Outros Créditos	1.841.387	2.603.351				
Investimentos	73.124	73.124				
Imobilizado	17.310.513	17.343.150				
Total do Ativo	25.710.439	26.061.450				
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em Reais)	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total
Em 31 de dezembro de 2013	13.620.800	72.756	2.086.454	451.715	(669.615)	15.562.110
Resultado do exercício	-	-	-	-	715.383	715.383
Em 31 de dezembro de 2014	13.620.800	72.756	2.086.454	451.715	45.768	16.277.493

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em Reais)

1 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Apresentadas em consonância com os princípios de contabilidade geralmente aceitos previstos na legislação societária de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e disposições tributárias vigentes. O IR e CS são calculados em conformidade com a legislação e alíquotas vigentes. São reconhecidos também esses encargos tributários, nas mesmas alíquotas, sobre os saldos de adições e exclusões temporárias. **CONTAS DO BALANÇO:**

	2014	2013
2 – OUTROS VALORES E DIREITOS		
Adiantamentos a fornecedores	241.597	146.739
Títulos e valores mobiliários	15.766	11.885
Total	257.363	158.624

3 – FINANCIAMENTOS: Composição por ano de vencimento:

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
2014	-	2.474.811
2015	1.667.243	1.376.615
2016	1.276.962	1.087.140
2017	831.936	642.114

4 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O capital social totalmente integralizado é de R\$ 13.620.800,00 representado por 40.034 ações ordinárias sem valor nominal.

DIRETORIA	
Maria Cecília Vidigal de Andrade Reis - Diretora Presidente	
Ruth de Andrade Reis - Diretora Vice-Presidente	
Walter Luiz Rodrigues Martinho - Diretor Executivo	

CONTADOR	
Nivaldo de Gois - Contador - CRC 1SP 195671/O-7	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em Reais)		
	2014	2013
Receita Operacional Bruta		
Vendas de produtos	11.070.454	9.211.706
Impostos e taxas sobre vendas	(430.939)	(345.244)
Receita operacional líquida	10.639.515	8.866.462
Custo dos Produtos Vendidos	(7.618.042)	(6.860.156)
Lucro bruto	3.021.473	2.006.306
Despesas (Receitas) Operacionais		
Gerais e administrativas	(2.048.932)	(1.525.461)
Financeiras líquidas	(202.176)	(272.018)
Outras receitas	158	160
Outras Despesas	(5.006)	-
Lucro Operacional antes IR e CSSL	765.517	208.987
IR e Contribuição Social: Diferido	(50.134)	(873.888)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	715.383	(664.901)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Em Reais)		
	2014	2013
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro (Prejuízo) Líquido do exercício	715.383	(664.901)
Depreciações e amortizações	2.438.474	2.063.264
Resultado na venda de imobilizado	(11.182)	(165.150)
Impostos diferidos	50.134	873.888
(Aumento) Redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	864.980	314.290
Estoques	(155.268)	174.973
Despesas de exercício seguinte	(1.893.016)	1.154.951
Outros valores e direitos	(98.739)	515.255
Tributos a recuperar	(55.436)	(200.092)
Outros Créditos	761.964	(1.395.536)
Aumento (Redução) nos passivos operacionais		
Obrigações fiscais e sociais	293.048	23.421
Fornecedores	(15.414)	622.773
Outras contas a pagar	195.000	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais	3.089.928	3.317.136
Fluxo de caixa das Atividades de Investimentos		
Recursos provenientes da alienação do imobilizado	33.750	181.001
Aquisição de imobilizado	(2.428.405)	(4.420.074)
Caixa gerado atividades de investimentos	(2.394.655)	(4.239.073)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Financiamentos de curto prazo	(807.568)	472.434
Financiamentos de longo prazo	(781.594)	909.076
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(1.589.162)	1.381.510
Aumento (Redução) líquido Caixa e equivalente de caixa	(893.889)	459.573
Caixa e Equivalente de Caixa:		
Saldo Inicial	1.501.992	1.042.419
Saldo Final	608.103	1.501.992
	(893.889)	459.573



ICBC DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S/A

C.N.P.J./M.F. nº 17.453.575/0001-62

Relatório da Administração

São Paulo, 20 de Março de 2015

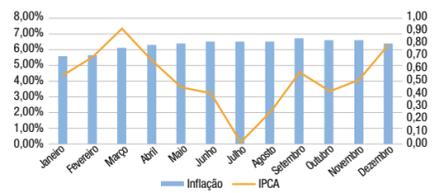
O Banco: A administração do ICBC do Brasil Banco Múltiplo S/A submete à vossa apreciação as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre/exercício findo em 31 de dezembro de 2014, de forma comparativa a 31 de dezembro de 2013, contemplando o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, sem ressalvas, auditadas pelos Auditores Independentes. O ICBC do Brasil Banco Múltiplo apresenta suas Demonstrações Financeiras de forma individual e não tem subsidiárias no Brasil. Em relação à regulamentação em vigor Resolução 4.280/13, Circular 3701/14 e Carta Circular 3651 que versa sobre a elaboração e remessa das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial, também está dispensado em função de não haver participação em empresas no País ou no Exterior, Controle Operacional efetivo, Fundos de Investimento que integrem o conglomerado prudencial e participações societárias em Instituições Financeiras com controle compartilhado. O Banco ICBC do Brasil Banco Múltiplo S/A, autorizado a operar com as carteiras comercial e de investimento e a realizar operações no mercado de câmbio, teve seu início operacional a partir de setembro de 2013 contemplando principalmente clientes "Corporate" que atuam no mercado internacional e empresas internacionais que tenham subsidiárias no Brasil com necessidades específicas para atuação no mercado de "Trade Finance".

A Economia: O cenário econômico apresentado em 2014, com a expectativa das eleições, a realização da Copa do Mundo de futebol aqui no Brasil e principalmente a composição dos ministérios da área econômica, mantiveram os bancos em posições mais conservadoras, não estimulando estratégias mais agressivas até o final do ano. Isso culminou também na política de aumentos consecutivos da taxa básica de juros SELIC do Banco Central do Brasil, que passou de 10,50% ao ano para 11,75% ao ano, um acréscimo de 1,25 pontos percentuais ou uma variação de 11,90%, com o objetivo de conter a inflação em 6,41%, que se aproximou do pico da meta estabelecida em 4,5% com teto em 6,5%, sem contar o PIB em 2014 de 2,4%, que manteve-se estável em relação a 2013 2,2%.

Mês	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
IPCA mês	0,55	0,69	0,92	0,67	0,46	0,4	0,01	0,25	0,57	0,42	0,51	0,78
Inflação acumulada	5,59%	5,68%	6,15%	6,28%	6,38%	6,52%	6,50%	6,51%	6,75%	6,59%	6,56%	6,41%

A inflação acumulada nos últimos 12 meses e o IPCA representam a inflação do mês, também medida em percentual, vejamos:

Inflação IPCA

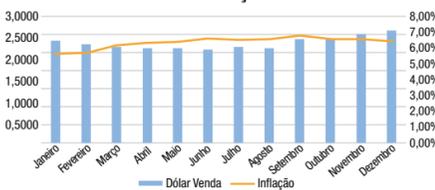


Outros fatores econômicos que contribuíram para o cenário conservador de 2014 foi a variação do Dólar Norte-Americano, influenciado também pela expectativa da inflação, possibilidade de retirada de estímulos à economia pelo Governo dos Estados Unidos e também por fatores internacionais, como a desaceleração do crescimento econômico de importantes países da Europa e da Ásia, como na China, que optou por adotar políticas econômicas que visam buscar maior sustentabilidade do crescimento com menos investimentos e maior consumo.

Mês	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Dólar Venda (R\$)	2,4263	2,3334	2,2630	2,2360	2,2390	2,2025	2,2674	2,2396	2,4510	2,4442	2,5601	2,6562
Inflação acumulada	5,59%	5,68%	6,15%	6,28%	6,38%	6,52%	6,50%	6,51%	6,75%	6,59%	6,56%	6,41%

Dólar Norte-Americano e a Inflação:

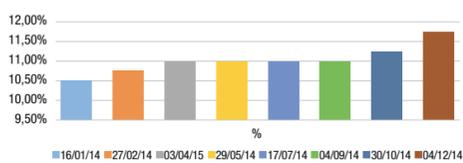
USD Inflação



Abaixo, observamos o comportamento da taxa básica de juros SELIC durante o exercício de 2014, partindo de 10,50% para 11,75%, que representa o esforço do Banco Central em controlar o nível de inflação. Este índice é o principal instrumento de controle da inflação, o qual visa estimular a poupança em detrimento ao consumo, ou ao estimular o consumo, diminuindo a taxa básica com o objetivo de estimular a circulação de Reais para consumo no mercado.

Divulgado	16/01/14	27/02/14	03/04/15	29/05/14	17/07/14	04/09/14	30/10/14	04/12/14
%	10,50%	10,75%	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%	11,25%	11,75%

Selic



16/01/14 27/02/14 03/04/15 29/05/14 17/07/14 04/09/14 30/10/14 04/12/14

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo	Nota	2014	2013
Circulante		762.691	322.920	Circulante		557.116	126.122
Disponibilidades	(4)	3.452	955	Depósitos à vista	(14)	14.210	249
Disponibilidades em reais		1.461	90	De pessoa jurídica		14.210	249
Disponibilidades em moeda estrangeira		1.991	865	Depósitos a prazo	(14)	246.382	86.368
Aplicações interfinanceira de liquidez		186.908	86.262	Certificado de depósito bancário		246.382	86.368
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(5)	142.841	86.262	Recursos em trânsito		114	641
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(5)	44.067	-	Recursos em trânsito de terceiros		114	641
Títulos valores mobiliários		271.640	198.982	Obrigações por empréstimos e repasses	(15)	291.447	35.179
Letras financeiras do tesouro	(6)	222.007	198.982	Obrigações moeda estrangeira Importação até 360 dias		28.492	-
Debêntures	(6)	49.633	-	Outras obrigações em moeda estrangeira		262.955	35.179
Relações interfinanceiras	(8)	1.488	-	Outras obrigações		4.963	3.685
Reservas compulsórias junto ao Banco Central do Brasil		1.488	-	Carteira de câmbio	(11)	114	641
Operações de crédito		34.045	-	Fiscais e previdenciárias	(16 a)	2.461	491
Financiamento em moeda estrangeira	(9)	34.271	-	Provisão para pagamentos a efetuar	(16 b)	1.194	212
(-) Provisão para devedores de liquidação duvidosa	(10)	(226)	-	Provisões sociais e estatutárias	(16 c)	700	1.400
Outros créditos		265.145	36.708	Creedores diversos país	(16 d)	279	638
Adiantamento a fornecedores	(12)	-	40	Cobrança e arrecadação de tributos	(16 a)	114	-
IBP/ICSL a compensar	(12)	1.702	468	Outras provisões	(23)	213	-
Outros impostos a compensar	(12)	-	23	Exigível a longo prazo		40.566	-
Câmbio comprado a liquidar - letras a entregar	(11)	264.422	36.177	Obrigações por empréstimos e repasses	(15)	40.566	-
(-) Provisão para devedores de liquidação duvidosa	(10)	(979)	-	Outras obrigações em moeda estrangeira		40.566	-
Outros valores e bens		13	13	Patrimônio líquido		200.442	199.291
Despesas antecipadas		13	13	Capital		-	-
Realizável a longo prazo		33.150	-	De domiciliados no exterior	(17 a)	202.100	202.100
Operações de crédito		33.150	-	Reserva de lucro	(17 c)	55	-
Financiamento a exportação	(9)	33.261	-	Ajuste de avaliação patrimonial	(17 d)	131	88
(-) Provisão para devedores de liquidação duvidosa	(10)	(111)	-	Prejuízos acumulados	(17 e)	(1.844)	(2.897)
Permanente	(13)	2.283	2.493				
Imobilizado		2.267	2.492				
Instalações, móveis e equipamentos de uso		914	898				
Outras imobilizações de uso		2.228	1.945				
(-) Depreciações acumuladas		(875)	(351)				
Ativo intangível		16	1				
Ativo intangível		17	1				
(-) Amortização acumulada		(1)	-				
Total do ativo		798.124	325.413	Total do passivo		798.124	325.413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro 2014

	Capital social	Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucro/(prejuízo) acumulado	Total
Saldos em 30 de junho de 2014	202.100	-	36	(2.480)	199.656
Lucro do semestre	-	-	-	691	691
Reserva legal	-	55	-	(55)	-
Ajuste a mercado de títulos públicos	-	-	95	-	95
Saldos em 31 de dezembro de 2014	202.100	55	131	(1.844)	200.442
Mutações do semestre	-	55	95	636	786
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (não auditado)	202.100	-	-	2.382	204.482
Prejuízo do exercício	-	-	-	(5.279)	(5.279)
Ajuste a mercado de títulos públicos	-	-	88	-	88
Saldos em 31 de dezembro de 2013	202.100	88	88	(2.897)	199.291
Mutações do exercício	-	88	88	(5.279)	(4.303)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	202.100	88	88	(2.897)	199.291
Lucro do exercício	-	-	-	1.108	1.108
Reserva legal	-	55	-	(55)	-
Ajuste a mercado de títulos públicos	-	-	43	-	43
Saldos em 31 de dezembro de 2014	202.100	55	131	(1.844)	200.442
Mutações do exercício	-	55	43	1.053	1.651

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

O ICBC do Brasil Banco Múltiplo S/A ("Banco") é subsidiária do ICBC - Industrial and Commercial Bank of China Ltd. cuja constituição obteve manifestação favorável da Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil (BACEN) em 19 de dezembro de 2012. O Banco obteve autorização para funcionamento como banco múltiplo e tem como objetivo a prática de operações com as carteiras comercial e de investimento e autorização para realizar operações no mercado de câmbio, de acordo com as disposições legais e normas do BACEN, tendo iniciado suas operações a partir de setembro de 2013.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Os CPCs aprovados pelo CMN - Conselho Monetário Nacional/Banco Central do Brasil a serem seguidos pelas Instituições Financeiras são: • CPC 01 - R1 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566 - 29/05/2008; • CPC 03 - R2 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - Resolução CMN nº 3.604 - 29/08/2008; • CPC 05 - R1 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750 - 30/06/2009; • CPC 10 - R1 - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989 - 30/06/2011; • CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Reificação de Erro - Resolução CMN nº 4.007 - 25/08/2011; • CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973 - 26/05/2011; • CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823 - 16/12/2009. Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente com o intuito de verificar sua aderência. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 20 de março de 2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

Aparação de resultados: As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência e são contabilizadas pelo critério "pro rata dia", calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas às operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais mil, moeda funcional e de apresentação do Banco. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço divulgado pelo BACEN, sendo as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do exercício. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez, quando aplicável e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado. **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, a saber: • **Títulos para negociação** - Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício; • **Títulos disponíveis para venda** - Títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e • **Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. **Operações de crédito e provisão para**

Operações de crédito de liquidação duvidosa:

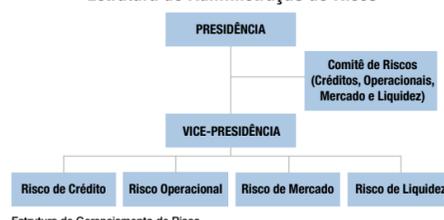
a. As operações de crédito são classificadas por metodologia interna, conforme política de crédito e adaptada em nove níveis de riscos, conforme definido na Resolução CMN 2682/99 e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, é efetuada com base na classificação dos clientes nos níveis de riscos definidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, conforme definido na referida Resolução. Essa classificação leva em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, do histórico dos clientes, dos atrasos e das garantias recebidas, quando aplicável. b. Conforme definido no COSIF, as operações de crédito são apresentadas líquidas de rendas a apropriar, que são apropriadas de forma "pro rata dia" ao resultado. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. c. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é baseada em análise das operações e da capacidade dos clientes e realizada pela administração, para suportar quanto ao valor de realização de tais créditos, levando-se em consideração a conjuntura econômica, a experiência e os riscos específicos e globais de cada operação e de cada cliente, as garantias existentes para cada operação, bem como as normas e instruções do BACEN, constantes na Resolução CMN 2.682/99. d. Para operações de Fianças e Garantias, o Banco adota provisão para possíveis perdas, utilizando como base as normas e instruções do BACEN, constantes na Resolução CMN 2.682/99, e sua classificação é registrada no passivo na rubrica "Outras Provisões" e o valor constituído durante o exercício de 2014 foi de R\$ 216. **Imobilizado de uso e ativos intangíveis:** Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear às seguintes taxas anuais: 10% para equipamentos de uso, sistemas de comunicação e sistema de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e sistema de transporte. A amortização dos ativos intangíveis é calculada também pelo método linear à taxa de 20%.

Passivos circulante e não circulante: Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata dia"). **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil ao ano para imposto de renda e de 15% para a contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa e de diferenças temporárias serão constituídos, se aplicável, em conformidade com a Resolução nº 3.059/02 e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355/06, levando-se em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. **Redução do valor recuperável de ativos (impairment):** O CPC 01, conforme recepcionado pela Resolução CMN nº 3.566/08, dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (impairment). De acordo com a Resolução, os ativos são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado. Não identificamos ativos passíveis de reconhecimento de ajuste de "impairment" para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013. **Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e outras provisões:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes e contingências passivas são efetuados de acordo com os seguintes critérios: (i) **Ativos contingentes** - São reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo; (ii) **Passivos contingentes** - São reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado no opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação. O Banco adotou provisão para perdas em operações de Fianças e Garantias, conforme definido na nota "d" de Operações de Crédito e Provisão para Devedores Duvidosos; e (iii) **Obrigações Legais** - São reconhecidas e provisionadas no

Planejado x Realizado: A administração faz o acompanhamento das operações realizadas pelo Banco em comparação com as estratégias apontadas em seu plano de negócios e também através da análise das carteiras e dos resultados com base no planejado e projetado em comparação ao realizado. Sendo assim, produzimos abaixo um resumo dos dois primeiros anos: **2013:** A Matriz projetou um resultado negativo de (R\$ 9,9 milhões), alinhado aos propósitos e objetivos traçados no plano de negócios, plano de capital e estratégia de negócios e os custos de implantação e operacionalização da sede no Brasil. Dessa forma, no início de 2013, o banco teve início às suas atividades com a abertura de sua sede em São Paulo e com o processo de contratação de colaboradores, montagem das instalações e também com o início da criação de políticas e procedimentos, apresentando um resultado negativo final acumulado no valor de (R\$ 5.279), basicamente decorrente das despesas de reforma e operacionalização da sede, como despesas de mão de obra, serviços e materiais de construção, valor este absorvido pelos recursos disponíveis para administração de caixa. Ainda em 2013, o Banco com a implementação do Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB, ao final de setembro, deu início ao ciclo de operações com captação de clientes, operações de "Trade Finance" e empréstimos que acabaram se consolidando no final do ano, já com uma carteira de clientes selecionados e com perfil de estratégia definida pelo plano de negócios e a implantação de contas-correntes disponíveis para esses clientes. **2014:** O resultado final de 2014 atingiu o valor positivo de R\$ 1,1 milhão, após Impostos e provisões estatutárias o que demonstra já em seu segundo ano, operacionalmente com início em setembro de 2013, um ciclo de resultado positivo em comparação ao plano de negócios e resultado projetado no valor negativo (R\$ 1.630). Em 2014 o Banco continuou com sua estratégia de captação de clientes selecionados e busca diversificação em seus produtos, aumentando o volume de operações de "Trade Finance", captação de recursos através de emissão de CDB, contas-correntes e linhas externas para repasse aos seus clientes, como operações de ACC, Finimp e CCE, que acabaram gerando um volume total de Depósitos no valor de R\$ 260 milhões e de recursos externos no valor de R\$ 332 milhões ao final de 2014. Em sua porta ativa o Banco também diversificou seus investimentos através de aplicações em operações compromissadas chegando ao volume de R\$ 187 milhões, aplicação em Títulos Públicos no valor total de R\$ 222 milhões, aplicação em Debêntures no valor total de R\$ 50 milhões e Certificado de Depósitos Interfinanceiros no valor total de R\$ 44 milhões. Já, sua carteira de empréstimos atingiu um volume total de R\$ 264 milhões e de Provisão para Devedores Duvidosos com base na Resolução 2.682, ficou com um volume de R\$ 1,3 milhões. As receitas de Títulos e Valores Mobiliários, incluindo operações compromissadas tiveram forte contribuição para o resultado positivo do exercício, atingindo um volume de R\$ 36 milhões, sendo que as operações de empréstimos e repasses contribuíram com um volume de R\$ 40 milhões e as operações de "Trade Finance" com um volume de receita de R\$ 155 milhões, influenciado principalmente pela constante variação do Dólar Americano que atingiu uma cotação de R\$ 2,65 (R\$ 2,34 em 2013), ou seja, uma variação de 13,24%. Em relação às despesas e os custos de financiamento das operações, ambos ficaram compatíveis com o volume repassado, bem como dentro das taxas e condições do mercado, sendo que o custo de captação em moeda estrangeira atingiu R\$ 190 milhões e demais fontes de "funding", atingiram R\$ 14 milhões. A Provisão para Devedores Duvidosos atingiu R\$ 1,3 milhões com base na Resolução 2.682/BCB, influenciado por novas operações com clientes. As demais despesas administrativas incluindo despesas com pessoal, atingiram R\$ 19,6 milhões, a qual a administração entende estar compatível com o volume e qualidade do nosso quadro administrativo e com as despesas necessárias para manutenção do escritório. Outro destaque, refere-se ao Imposto de Renda e Contribuição Social, que atingiram o volume de R\$ 1,9 milhões. Referidos impostos, de acordo com a regulamentação vigente, foram apurados pelo Lucro Real, método de antecipação por suspensão e redução em todos os meses. Dessa forma, o Banco já antecipou R\$ 1,6 milhões. A administração acompanha as atividades operacionais e a performance de suas áreas de negócios com objetivo de manter o crescimento e o resultado do Banco em comparação ao plano de negócios definido pela Matriz. Mesmo com a expectativa pelo mercado em geral, de baixo crescimento da economia para 2015, o ICBC do Brasil Banco Múltiplo S/A, visa aumentar o crescimento nas operações de "Trade Finance", "Empréstimos e", por consequência, aumentar a carteira de clientes ativos, além de buscar diversificação de sua linha de investimentos com objetivo de focar nas melhores oportunidades para 2015 e nos próximos anos.

Gerenciamento de risco: O Banco mantém a estrutura de gerenciamento de risco compatível com a natureza das suas operações e complexidade de seus produtos e serviços, sendo suas exposições a nível de risco de crédito, mercado, liquidez e operacional diariamente monitoradas e tempestivamente reportadas para a administração do Banco. A estrutura de gerenciamento de riscos conta com a participação diretiva do ICBC do Brasil Banco Múltiplo S/A por meio do comitê de gerenciamento de riscos, e sempre quando necessário são adotadas as medidas e decisões cabíveis que contribuíam com a adequada mitigação dos riscos aos níveis compatíveis com a estrutura e negócio do banco. A área responsável pelo monitoramento de riscos de crédito, mercado, operacional e liquidez é o Departamento de Gerenciamento de Riscos (DGR), uma unidade independente da área de negócios e auditoria interna, a qual tem a responsabilidade de prestar as informações ao regulador e a diretoria do banco através do acompanhamento diário de situações que possam ocorrer e que levem ao banco à exposição de risco. Ainda, dentro do monitoramento do risco de crédito a área tem a responsabilidade de proceder com a análise de crédito dos clientes novos e possíveis clientes, bem como o acompanhamento de situações que os clientes possam estar expostos no mercado em geral. Após a análise do risco de crédito do cliente, a documentação é direcionada para o comitê de crédito para que possa fazer a apreciação das recomendações propostas pela análise e decidir sobre a aprovação e o limite de crédito de cada cliente, ratificando ou alterando o rating que foi primeiramente concedido. Paralelamente as informações e a análise de crédito são submetidas ao Head Office, através de sistema integrado corporativo, para aprovação final do crédito e da classificação de crédito do cliente (rating).

Estrutura de Administração de Risco



Estrutura de Gerenciamento de Risco

Em relação à regulamentação definida pela Resolução 4.389/dezembro 14, em complemento à Resolução 4.277/outubro 13, que dispõe sobre os requisitos mínimos a serem observados no processo de apraçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor

